

Estratégias de controle da covid-19 no Brasil: o que a pandemia nos ensina?

Covid-19 control strategies in Brazil: what does the pandemic teach us?

Estrategias de control para covid-19 en Brasil: ¿qué nos enseña la pandemia?

Recebido: 03/07/2020 | Revisado: 07/07/2020 | Aceito: 09/07/2020 | Publicado: 24/07/2020

Flávia de Souza Selvati

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6208-7071>

Centro Universitário de Volta Redonda, Brasil

E-mail: flaviaselvati_@hotmail.com

Lohany Gomes Ferreira Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1622-7085>

Centro Universitário de Volta Redonda, Brasil

E-mail: lohanygf@hotmail.com

Lucrecia Helena Loureiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6905-1194>

Centro Universitário de Volta Redonda, Brasil

E-mail: lucreciahelena@gmail.com

Renata Martins da Silva Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7642-6030>

Centro Universitário de Volta Redonda, Brasil

E-mail: renataenfprofessora@gmail.com

Resumo

Objetivo: Discutir a partir da literatura aspectos ligados ao controle da pandemia de COVID-19 em território brasileiro e ações para prevenção e controle de novos eventos. Metodologia: Foi realizada uma revisão integrativa com a seguinte questão norteadora: quais ações de controle da pandemia de COVID-19 foram destacadas na literatura brasileira em 2020??. Resultados: Foram selecionados 4 textos da BVS e 20 do Google acadêmico. A distribuição cronológica dos estudos se dá especialmente após o mês de abril no ano de 2020. No que tange aos tipos de estudo, foram selecionados 18 artigos, 2 notas técnicas e 4 recomendações de controle da pandemia. Discussão: Os temas recorrentes foram: Isolamento social, utilização de EPI's e higienização das mãos; contribuições da APS nesse contexto e adaptações dos atendimentos para abordar a população; e, por fim, destacam-se formas de

prevenção para os trabalhadores. Os achados foram categorizados por análise sistemática da seguinte forma: Isolamento social como principal iniciativa e outras medidas gerais; políticas de enfrentamento; e limitações e contribuições da Atenção Primária e Saúde do trabalhador. Conclusão: Os textos estão concatenados para solução estratégica dos problemas advindos da pandemia e refletem mecanismos de ordem jurídica e protocolares da área de saúde frente as demandas advindas.

Palavras-chave: Covid-19; Prevenção; Saúde pública.

Abstract

Objective: Discuss from the literature aspects related to the control of the covid-19 pandemic in Brazilian territory and actions for the prevention and control of new events. **Methods:** An integrative review was carried out with the following guiding question: which actions to control the COVID-19 pandemic were highlighted in the Brazilian literature in 2020? ". **Results:** 4 texts from the VHL and 20 from the academic Google were selected. The chronological distribution of the studies takes place especially after the month of April in the year 2020. Regarding the types of studies, 18 articles, 2 technical notes and 4 recommendations for pandemic control were selected. **Discussion:** The recurring themes were: Social isolation, use of PPE's and hand hygiene; PHC contributions in this context and adaptations of care to address the population; and, finally, forms of prevention for workers stand out. The findings were categorized by systematic analysis as follows: Social isolation as the main initiative and other general measures; coping policies; and limitations and contributions of Primary Health Care and workers' health. **Conclusion:** The texts are concatenated for the strategic solution of the problems arising from the pandemic and reflect legal and protocol mechanisms in the health field in view of the demands arising.

Keywords: Covid-19; Prevention; Public health.

Resumen

Objetivo: Discutir desde la literatura aspectos relacionados con el control de la pandemia de COVID-19 en territorio brasileño y acciones para la prevención y control de nuevos eventos. **Métodos:** Se realizó una revisión integradora con la siguiente pregunta orientadora: ¿qué acciones para controlar la pandemia de COVID-19 se destacaron en la literatura brasileña en 2020? ". **Resultados:** se seleccionaron 4 textos de la BVS y 20 del académico Google. La distribución cronológica de los estudios se lleva a cabo especialmente después del mes de abril del año 2020. En cuanto a los tipos de estudios, se seleccionaron 18 artículos, 2 notas

técnicas y 4 recomendaciones para el control de pandemias. Discusión: Los temas recurrentes fueron: aislamiento social, uso de EPP e higiene de manos; Contribuciones de APS en este contexto y adaptaciones de atención para atender a la población; y, finalmente, se destacan las formas de prevención para los trabajadores. Los resultados se clasificaron mediante análisis sistemático de la siguiente manera: aislamiento social como la iniciativa principal y otras medidas generales; políticas de afrontamiento; y limitaciones y contribuciones de la atención primaria de salud y la salud de los trabajadores. Conclusión: los textos se concatenan para la solución estratégica de los problemas derivados de la pandemia y reflejan mecanismos legales y de protocolo en el campo de la salud en vista de las demandas que surgen.

Palabras llave: Covid-19; Prevención; Salud pública.

1. Introdução

O mundo vem passando por diversas mudanças ocasionadas pelo impacto causado pela pandemia da COVID-19, doença respiratória causada por um coronavírus.

Estratégias de enfrentamento da pandemia vem sendo desenvolvidas nas três esferas de governo no Brasil. Muitos esforços vêm sendo implicados a fim de controlar a pandemia e trazer de volta à normalidade às atividades públicas e privadas. Torna-se necessário aprender com tal situação emergencial e repensar ações de controle e prevenção de eventos futuros, que possam intervir no dia a dia das comunidades e trazer desestabilidade e aumento da morbimortalidade para a sociedade.

Os coronavírus causam infecções respiratórias e intestinais em humanos e animais; sendo que a maioria das infecções em humanos são causadas por espécies de baixa patogenicidade, levando ao desenvolvimento de sintomas do resfriado comum. No entanto, podem eventualmente levar a infecções graves em grupos de risco, idosos e crianças. Previamente, duas espécies de coronavírus altamente patogênicos e provenientes de animais (SARS e MERS) foram responsáveis por surtos de síndromes respiratórias agudas graves (Ministério da Saúde, 2020).

No início, muitos pacientes com doenças respiratórias causados por coronavírus em Wuhan, na China, tinham alguma ligação com um grande mercado de frutos do mar e animais vivos, sugerindo que a disseminação ocorreu de animais para pessoas. No entanto, um número crescente de pacientes supostamente não teve exposição ao mercado de animais, indicando também a ocorrência de disseminação de pessoa para pessoa. As autoridades chinesas relatam que a disseminação sustentada de pessoa para pessoa foi identificada na China. E

posteriormente, foram identificados casos de transmissão pessoa-pessoa em outros países, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Vietnã, o que veio a disseminar para o mundo inteiro chegando a América Latina e Brasil (Ministério da Saúde, 2020).

O surgimento de uma doença, especialmente quando causada por agentes infecciosos rapidamente contagiosos, representa um sério alerta para a sociedade e um desafio que transcende fronteiras em um esforço que requer entender e racionalizar o escopo e o potencial de tal ameaça (Moreno-Montoya, 2020). Tal ameaça não fica a cargo apenas de ser controlada por medidas sanitárias, mas também exige esforços para amparar a economia local, que quando adequadamente manejada, pode ultrapassar as barreiras geradas pela pandemia no momento oportuno pós evento.

Seguindo diretrizes da Organização Mundial da Saúde (2020), segundo o artigo 13, para responder às Emergência em Saúde Pública, os países devem desenvolver, fortalecer e manter, o mais rapidamente possível as capacidades para responder pronta e eficazmente a riscos para a saúde pública e a emergências em saúde pública de importância internacional (Ministério da Saúde, 2020).

A fim de ampliar o controle da pandemia o Brasil adotou intervenções não farmacológicas como a lavagem das mãos, a etiqueta respiratória, o distanciamento social, o uso de máscaras cirúrgicas para indivíduos com infecção pelo coronavírus confirmada ou suspeita e seus cuidadores, e uso de máscaras caseiras pela população em geral. Além de medidas ambientais que se referem ao arejamento e exposição solar de ambientes, à limpeza rotineira de ambientes e superfícies, todos procedimentos que ajudam a eliminar os vírus (Garcia & Duarte, 2020).

Em apoio às medidas adotadas no Brasil, a Organização Panamericana da Saúde (OPAS/OMS) colabora com o Ministério da Saúde na avaliação da eficácia das medidas de controle implementadas frente à Pandemia pelo Coronavírus, fornecendo orientações e assistência técnica e avaliando a eficácia das medidas de controle implementadas, incluindo a mobilização de equipes internacionais de peritos para assistência no local, quando necessário (Ministério da Saúde, 2020).

Atualmente, pesquisadores e profissionais da área da saúde estão em um constante desafio conforme o avanço no número de casos de COVID-19, pois a doença ainda não possui o risco clínico totalmente definido, e ainda não há vacinas ou medicamentos específicos disponíveis contra a doença. Desta forma torna-se necessário discutir estratégias, como o distanciamento social, uso de máscaras e o papel desempenhado pela sociedade a fim de minimizar os danos causados pela pandemia (Pereira et al., 2020).

O objetivo deste estudo é discutir, a partir da literatura, aspectos ligados ao controle da pandemia em território brasileiro e ações para prevenção e controle de novos eventos.

2. Metodologia

Para o alcance do objetivo desse estudo, optou-se pela revisão integrativa, um método de pesquisa que possibilita síntese de estudos publicados e conclusões gerais.

De acordo com Souza, Silva & Carvalho (2010), divide-se em 6 etapas. Primeiramente realizou-se a identificação da temática; em seguida a seleção da questão norteadora: “quais ações de controle da pandemia de COVID-19 foram destacadas na literatura brasileira em 2020?”. Na terceira etapa, realizou-se a seleção da amostragem a partir dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos artigos que tratassem de controle de COVID-19 realizados em território brasileiro, excluídos documentos de projetos; amostras duplicadas; artigos não disponíveis na íntegra; e artigos com o assunto principal não relacionado ao tema estudado.

Na quarta etapa foi realizada a categorização dos estudos - extração de informações dos artigos que foram selecionados. Na quinta etapa, realizou-se a leituras dos artigos para avaliação, a discussão e interpretação dos dados a fim de responder a questão norteadora e na sexta etapa, reuniu-se a síntese da revisão para apresentação.

A fim de identificar as publicações que compuseram o corpus da pesquisa, realizou-se busca nas fontes bibliográficas da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, através dos termos ‘Estratégias’ AND ‘Controle’ AND ‘COVID-19’. E ainda foram utilizados os filtros, texto completo, publicados em 2020 e na língua portuguesa. A busca das determinações legais no Brasil sobre o tema foi feita nas bases de dados do Ministério da Saúde.

O levantamento dos dados foi realizado em maio de 2020 e a obtenção dos estudos selecionados ocorreu mediante leitura criteriosa do título e resumo pelas duas primeiras autoras, constatando sua adequação a questão norteadora e aos critérios de inclusão.

3. Resultados e Discussão

A partir deste levantamento, foi possível identificar os estudos existentes nos catálogos pesquisados no recorte temporal de janeiro a abril de 2020, perfazendo um total de 260 resumos com a temática acerca das estratégias utilizadas no controle da COVID-19 no Brasil.

Utilizou-se abordagem quantitativa, e os dados foram organizados, quantificados e dispostos em quadro, sendo destacado autor, título, periódico/fonte de publicação e objetivo do estudo (Quadro 1).

Na BVS quando pesquisadas “estratégias” AND “controle” AND “covid-19” foram encontrados 10 textos. Dentre estes, foram excluídos 6 textos por não se adequarem ao critério de inclusão. No Google Acadêmico utilizando a mesma estratégia obteve um resultado de 250 títulos e somente 20 tratavam do assunto pesquisado.

As 24 publicações que compuseram a amostra final encontram-se listadas no Quadro 1, caracterizados conforme descrição abaixo.

Quadro 1 – Textos selecionados que compuseram a revisão. Volta Redonda/RJ/Brasil, 2020.

Autor	Título	Periódico/ fonte	Objetivo do estudo
Correa Filho, H.R. & Segall-Corrêa, A.M.	<i>Lockdown</i> ou vigilância participativa em saúde? Lições da Covid-19	Saúde em debate	Entender o mundo da saúde coletiva no momento crítico da pandemia de Coronavírus de 2020 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 – Sars-Cov-2), em que doença em decorrência desse vírus foi chamada de Covid-19.
Garcia, L.P. & Duarte, E.	Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil	Epidemiologia e serviços de saúde	Discutir a importância das INF (intervenções não farmacológicas) para a proteção da saúde pública.
Barreto, M.L. <i>et al</i>	O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?	Revista Brasileira de epidemiologia	Propor recomendações para enfrentamento da pandemia por COVID-19
Filho, J.M.J. <i>et al</i>	A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19	A saúde do trabalhador	Discutir a saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19
Rafael, R.M.R. <i>et al</i> .	Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil?	Revista Enfermagem UERJ	Discutir as experiências e contradições no controle da pandemia de Covid-19 sob a perspectiva da epidemiologia e das políticas públicas brasileiras
Aquino, E.M.L.; Silveira, I.H.; Pescarini, J.M.; Aquino, R.; Souza-Filho, J.A.	Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil	Ciência e saúde coletiva	Analisar o impacto das políticas de distanciamento social na pandemia de COVID-19 e os desafios para sua implementação no Brasil, de forma a ampliar a compreensão da sua necessidade por parte da população, e propiciar subsídios à tomada de decisão por gestores.
Baptista, A.B. & Fernandes, L.V.	COVID-19, análise das estratégias de prevenção, cuidados e complicações sintomáticas	Revista desafios	Analisar a COVID-19 e sua relação com pneumonia, sua prevenção e impactos na saúde pública.
Ferreira Neto, R. G. & Corrêa, J. W. N.	Epidemiologia do surto de doença por coronavírus (COVID-19)	Revista desafios	Relatar as estratégias recomendadas pela OMS aos países. Particularmente, discute a cronologia e o cenário atual da COVID-19 no Brasil.
Schuchmann, A.Z. <i>et al</i>	Isolamento social vertical x Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19	Brazilian Journal of Health Review	Discutir as implicações sanitárias e sociais das modalidades de isolamento propostas dentro e fora do Brasil.
Garcia, L. P.	Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19	Epidemiologia e serviços de saúde	Discutir a efetividade do uso de máscara e outras medidas de proteção.
Bittencourt, R, J.	Testagem de rastreamento e busca ativa de infectados assintomáticos pelo SARS-COV-2: a visão do planejamento em saúde pública	Comunicação em ciências da saúde	Descrever evidências científicas da testagem para rastreamento de casos assintomáticos de Coronavírus.

Oliveira, T.C.; Abranches, M.V.; Lana, R. M.	(In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2	Cadernos de saúde pública	Discutir os aspectos ligados a alimentação e as esferas de poder no contexto da pandemia pelo coronavírus.
Oliveira, W.K.; Duarte, E.; França, G.V.A. & Garcia, L P.	Como o Brasil pode deter a COVID-19	Epidemiologia e serviços de saúde	Apresentar as estratégias e ações adotadas pelo Ministério da Saúde do Brasil para deter a COVID-19
Turci, M. A.; Holliday, J. B. & Oliveira, N. C. V. C.	A Vigilância Epidemiológica diante do Sars-Cov-2: desafios para o SUS e a Atenção Primária à Saúde	APS em revista	Apresentar as características do agente patogênico e o seu impacto no perfil de expansão da doença.
Japiassu, R. B. & Rached, C. D. A.	Como a Estratégia de Saúde da Família pode ser considerada ferramenta de apoio no combate ao COVID-19?	International Journal of Development Research	Evidenciar a importância dos profissionais da ESF na atual pandemia, rastreando casos de síndrome gripal, casos suspeitos ou positivos, isolamento destes usuários e realizar acompanhamento.
Nedel, F. B.	Enfrentando a COVID-19: APS forte agora mais que nunca!	APS em revista	Apresentar breve reflexão sobre os desafios da Atenção Básica do SUS diante da epidemia de COVID-19 e de como eles impactam os princípios e atributos da Atenção Primária em Saúde (APS), além de propor ações para este momento.
Cabral, E. R. M. <i>et al</i>	Contribuições e desafios da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de COVID-19	Interamerican Journal of Medicine and Health	Refletir qual o papel da APS diante da epidemia de COVID-19 no Brasil, a capacidade instalada de serviços para o enfrentamento do agravo na APS e a disposição dos serviços de recursos humanos no país.
Almeida, I. M.	Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de pandemia e respostas à pandemia	Revista Brasileira de Saúde ocupacional	Discutir desafios da elaboração e implementação de Planos de resposta e prontidão estratégica contra a Covid-19
Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)	Medidas legais de incentivo ao distanciamento social: comparação das políticas de governos estaduais e prefeituras das capitais no Brasil	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Este trabalho apresenta um índice que mede o grau de rigidez de medidas legais de distanciamento social adotadas em função da pandemia de Covid-19 e o aplica para comparar medidas adotadas por governos estaduais e prefeituras das capitais no Brasil
IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)	Instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da Covid-19: uma análise dos normativos produzidos pelo executivo federal	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Esta nota técnica busca analisar os instrumentos normativos produzidos pelo Poder Executivo para o enfrentamento da Covid-19 à luz do debate dos instrumentos de políticas públicas
Organização Pan-Americana da Saúde	Prevenção e controle de infecção durante os cuidados de saúde quando houver suspeita de infecção pelo novo coronavírus (nCoV)	Organização Pan-Americana da Saúde	Com base no conhecimento atual da situação na China e em outros países onde foram identificados casos e experiências com a síndrome respiratória aguda grave (SARS) -CoV e MERS-CoV.2
Ministério da Saúde	Recomendações à rede de atenção psicossocial sobre estratégias de organização no contexto da infecção da covid-19 causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) /	Ministério da Saúde	Recomendações à Rede de Atenção Psicossocial sobre estratégias de organização no contexto da infecção da COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	Plano de Contingência do Distrito Federal para Infecção Humana pelo novo Coronavírus - COVID-19	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal	Sistematizar as ações e procedimentos no que diz respeito à resposta à epidemia pelo Coronavírus 2019 (COVID-19), a serem desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)
Secretaria de saúde do Estado do Mato Grosso	Plano de contingência estadual para infecção humana pelo novo Coronavírus CoViD-19	Secretaria de saúde do Estado do Mato Grosso	Apresentar estratégias de níveis de ativação e respostas de preparação e Emergência em Saúde Pública, e orientar que os municípios se organizem segundo estas estratégias.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras conforme dados da pesquisa (2020).

No que tange aos tipos de estudos, foram selecionados 18 artigos, 2 notas técnicas e 4 recomendações de controle da pandemia. A maioria das publicações selecionadas se refere a artigos publicados em revistas científicas. No que tange o objetivo dos estudos, sobressaem os

artigos que abordam a temática de Intervenções não farmacológicas para o combate a pandemia, totalizando 66,67% dos artigos selecionados. 22,22% estão relacionados a contribuição da Atenção Primária em Saúde no combate da pandemia e 11,11% estão relacionados a forma de prevenção para proteção da saúde dos trabalhadores, sejam da área da saúde ou de outros serviços essenciais.

Há destaque a estudos voltados para a intervenção não farmacológica. Os temas recorrentes foram: Isolamento social, utilização de EPI's e higienização das mãos; contribuições da APS nesse contexto e adaptações dos atendimentos para abordar a população; e, por fim, destacam-se formas de prevenção para os trabalhadores.

Por meio da apresentação do Quadro 1, é possível observar que nenhum dos estudos incluídos definiu métodos farmacológicos como objeto de estudo, já que este núcleo temático não está explícito nas temáticas e nos objetivos de tais pesquisas. Entretanto, todas as referências selecionadas contribuem para o entendimento do objeto de estudo da revisão.

Os resultados serão discutidos a seguir em três categorias que mais se enquadram no que tange os aspectos ligados ao controle da pandemia em território brasileiro e ações para prevenção e controle de novos eventos: Isolamento social como principal iniciativa e outras medidas gerais, Políticas de enfrentamento, e Limitações e contribuições da Atenção Primária a saúde e Saúde do Trabalhador.

4. Isolamento Social como Principal Iniciativa e Outras Medidas Gerais

A maioria dos artigos revelam as ações voltadas para o combate da COVID-19, em especial o isolamento social, sendo abordado de diversas maneiras. Os dados apresentados nessa categoria apontam para o fato do isolamento social estar sendo amplamente difundido no Brasil e discutido por grande parte dos autores contidos no presente estudo.

O artigo de Aquino et al. (2020), traz conceitos sobre o isolamento, quarentena e distanciamento social: Separação de pessoas doentes das não infectadas, restrição de atividades de pessoas possivelmente expostas a alguma doença contagiosa, no caso da COVID-19, pessoas assintomáticas e redução das interações pessoais, respectivamente.

Em um estudo que buscou analisar as estratégias de prevenção, cuidados e complicações sintomáticas da COVID-19 foram destacadas: a higienização frequente das mãos, evidenciando seu papel como sendo fundamental para evitar a transmissão do vírus; assepsia de objetos inanimados; etiqueta respiratória e uso de barreiras físicas como máscaras, óculos e capotes impermeáveis para reduzir a exposição ao vírus; assim como o isolamento

social. Este último essencialmente para grupos de risco, que segundo o artigo são hipertensos, diabéticos e doentes cardíacos, evidencia também que pessoas sintomáticas, devem permanecer em casa por 14 dias (Baptista & Fernandes, 2020).

A literatura demonstra que essas ações tem potencial para reduzir a transmissão da doença, de acordo com a experiência dos países asiáticos e europeus, porém a realidade do Brasil é desafiadora, uma vez que a desigualdade social, pobreza, pessoas em situação de rua, e trabalhadores informais dificultam a implementação do isolamento social, podendo trazer consequências sanitárias econômicas e sociais, estando associados a ansiedade, depressão e até violência doméstica, além de queda na atividade econômica gerando um efeito colateral do isolamento horizontal, visto que a adesão é considerada frágil em algumas situações, como as descritas acima. (Aquino et al., 2020; Schuchmann et al., 2020)

No caso da China houve diminuição dos casos a partir de 3 medidas: Proteger os profissionais de saúde com equipamentos de proteção individual; Identificar os sintomáticos, realizar os testes, dar os resultados rapidamente e isolá-los; Identificar os comunicantes e colocá-los em quarentena. Situações que já estão sendo realizadas no Brasil e por algum tempo conseguiram achatar a curva de incidência dos novos casos, porém apesar das medidas recomendadas pelos governos e municípios o isolamento social vem caindo a cada dia e já se nota aumento significativo no número de casos e mortes por COVID-19 no Brasil. (Silva, 2020).

Em consonância com o isolamento social, uma medida que vêm sendo abordada é o fechamento do comércio durante esse período em diversas regiões do país, o que tem refletido diretamente na economia. No âmbito dos serviços de alimentação, instituiu no Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 46.973, de 16 de março, restringindo a capacidade de lotação dos estabelecimentos para 30%, sendo mantida a normalidade dos serviços de entrega e de retirada das refeições no próprio local (Oliveira, 2020).

A nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020) concluiu que os Estados e Capitais adotaram medidas de distanciamento social, porém com rigidez distintas. Ao comparar as capitais, as medidas mais restritivas foram tomadas por Belo Horizonte, Boa Vista, Cuiabá, João Pessoa, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro e Teresina. O estudo também demonstrou que o fato das medidas de distanciamento se tornarem legais, sua ampliação foi facilitada.

Foi desenvolvida uma síntese pela Universidade de Antioquia acerca de Intervenções não farmacológicas para a contenção, mitigação e supressão de infecção por Covid-19, e foram consideradas como medidas de alto impacto para a prevenção o isolamento de casos:

detecção precoce, rastreamento de pessoas que tiveram contato, suspensão de transporte público, cancelamento de grandes reuniões, medidas de manutenção do distanciamento por pelo menos 6 meses após o surto. Também considerou como medida de controle o isolamento de pessoas sintomáticas e como medida moderada o distanciamento social de idosos com mais de 70 anos, além de medidas preventivas que devem ser adotadas em ambientes de trabalho (Patiño, 2020).

Corrêa & Netto (2020) destacam o correto uso de máscaras, higiene das mãos, isolamento social, detecção e rastreamento dos casos e contatos como benéficos para o controle da pandemia, porém sem nenhuma evidência que aponta para o tratamento antiviral eficaz e específico.

Garcia & Duarte (2020) trazem essas medidas individuais, ambientais e coletivas como Intervenções Não Farmacológicas (INF), e que o início e duração das mesmas influenciam no impacto da pandemia. Além disso, se mostra essencial tomar decisões baseadas em evidências científicas adequadas.

Oliveira et al. (2020) evidencia ações tecnológicas implantadas pelo Ministério da Saúde, como aplicativo Coronavirus-SUS e canal no WhatsApp, reconhecimento de fake News, TeleSUS, telemedicina regulamentada pelo CRM, e ação estratégica “O Brasil conta comigo” para profissionais e estudantes cursando os últimos anos de enfermagem, medicina, fisioterapia e farmácia, para enfrentar a pandemia de COVID-19, além das medidas individuais e coletivas de etiqueta respiratória e isolamento social.

Percebe-se a necessidade de investir em mais estudos para sabermos a real efetividade do uso de máscaras no cotidiano da população pois ainda existem poucos estudos científicos na literatura com relação a essa temática.

Um artigo publicado em Brasília, evidenciou as melhores estratégias adotadas em 5 países em relação ao rastreio e busca ativa de assintomáticos infectados por COVID-19. A Alemanha realizou teste massivo em suspeitos e sintomáticos; Japão investiu em Kits para detecção de indivíduos infectados; Suécia investiu na detecção e isolamento seletivo; Coreia do Sul realiza testes massivos nos suspeitos sintomáticos; e Austrália aplica testes na população sintomática. Todos países desenvolvidos e com sistema de saúde e social bem estruturado. (Bittencourt, 2020).

Os textos destacam a importância do isolamento social para a proteção individual e coletiva da população. Esta iniciativa, embora de difícil prática por algumas parcelas mais vulneráveis da população, pode trazer benefícios e ser considerada uma das principais estratégias de enfrentamento da COVID-19. Torna-se necessário criar mecanismos que

facilitem o processo educativo e incentivem o distanciamento social a todos os grupos populacionais, e ainda que existam fiscalização e acompanhamento dos órgãos públicos nos setores de transporte público, comércio e serviços para garantir a proteção das pessoas.

5. Políticas de Enfrentamento

No início do mês de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde brasileiro declara estado de emergência em saúde pública nacional em decorrência a infecção humana pelo novo coronavírus e assim, estabelece o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional. A este COE compete planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas durante a epidemia, nos termos das diretrizes fixadas pelo Ministro de Estado da Saúde, articular-se com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS e encaminhar ao Ministro de Estado da Saúde relatórios técnicos sobre a epidemia e as ações administrativas em curso, além de divulgar a população todas as informações sobre a epidemia (Ministério da Saúde, 2020).

Dispositivos legais também foram criados pelo governo brasileiro para direcionar as ações de enfrentamento da pandemia e apontaram para medidas de controle como ações de isolamento e quarentena, onde isolamento refere-se ao distanciamento de pessoas contaminadas das demais, e quarentena, distanciamento das pessoas suspeitas ou restrição de atividade, a fim de evitar e contaminação ou possível contaminação e propagação do coronavírus. O distanciamento também se refere a bagagens, malas, encomendas, meios de transporte, mercadorias e animais. Além disso, autoridades poderão adotar, de acordo com suas competências, as seguintes ações de enfrentamento: Isolamento; quarentena; determinação de realização compulsória de; estudo ou investigação epidemiológica; exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; restrição excepcional e temporária entrada e saída do País; e locomoção interestadual e intermunicipal; Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas; e autorização excepcional e temporária para a importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa (Ministério da Saúde, 2020).

Ao se considerar a necessidade de esclarecer e zelar pela adequada identificação dos mortos cujo óbito tenha ocorrido no curso da pandemia, e a necessidade de resguardar os direitos dos familiares, dependentes e herdeiros da pessoa falecida com a emissão da certidão de óbito a partir de um registro civil de óbito com informações corretas sobre a identificação

do falecido, foi estabelecida portaria que permite sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades de saúde, apenas nas hipóteses de ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública (Ministério da Saúde, 2020).

Cada serviço organizado anteriormente no âmbito da saúde pública brasileira foi adequado aos padrões de controle da pandemia, no caso da rede atenção psicossocial houve recomendação de que as atividades assistenciais mantenham continuidade, com suporte às pessoas em situação de crise, manejo das agudizações e exacerbações, riscos, além do seguimento terapêutico já em progresso. Cuidados com a prevenção de aglomerações deverão ser tomados em todos os estabelecimentos da Rede de Atenção à Saúde, avaliada a possibilidade de adiamento e redistribuição de consultas e atendimentos. As visitas devem ser substituídas por alternativas de comunicação virtuais (WhatsApp, celulares, telefone, vídeo chamadas e outros meios disponíveis, lembrando que aparelhos eletrônicos devem ser constantemente desinfetados). A presença de acompanhantes está condicionada aos casos previstos em lei, adotando as medidas de precaução definidas pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) (Ministério da Saúde, 2020).

Os estados tiveram ações de sua competência para controlar a pandemia e um exemplo foi o estado do Mato Grosso que instituiu que a população em geral fosse informada, a fim de evitar reações sociais contra os pacientes, motivadas pela desinformação; profissionais de Saúde – além de serem informados, é preciso contribuir no esclarecimento dos profissionais sobre qual será a sua participação no processo e nos acontecimentos; Gestores da rede pública – contribuir na organização do setor e na manutenção de um discurso unificado com o governo federal; Viajantes e turistas – informar sobre sintomas e sobre pontos de apoio na rede pública para casos de suspeita da doença; Profissionais de portos e aeroportos – reforçar orientações importantes para a população; Redes Sociais – manter internautas informados e monitorar boatos e mensagens, respondendo quando necessário. Da mesma forma outros estados também desenvolveram seus planos de ações no combate a pandemia pelo coronavírus (Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso, 2020).

A secretaria do estado de saúde do Distrito Federal também elaborou um plano de contingência para o novo Coronavírus, realizando ações de vigilância: monitorar a circulação de SARS-Cov-2; descrever o perfil epidemiológico da COVID-19; e Reduzir a mortalidade. Em síntese estabelece o fluxo para o Manejo de profissionais de Saúde, fluxos assistenciais, fluxos de referência e contra referência dos serviços de saúde e serviços de Atenção Primária, atendimento ambulatorial, procedimentos odontológicos, diagnósticos e terapêuticos,

unidades de pronto atendimento (UPA) e atenção hospitalar (hospitais de referência), atendimento pré-hospitalar e transporte interinstitucional de casos suspeitos ou confirmados, recomendações para a população privada de liberdade, retorno domiciliar e medidas de prevenção (Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal, 2020).

O Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (2020) elaborou outra nota técnica sobre os instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da COVID-19, e concluiu que de forma geral os dados revelam demora na reação do Poder Executivo Federal comparado aos marcos nacionais e internacionais da evolução da disseminação do novo coronavírus, e também ações estaduais para controle da doença.

Barreto et al. (2020) questiona o que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia no Brasil, e cita serem necessários esforços para estabelecer um sistema de informação unificado, padronização das definições de casos suspeitos, confirmados e descartados de COVID-19, ampliação da capacidade de realizar testes diagnósticos em sintomáticos e seus contatos e realização de estudos de estimação da população infectada. Ademais, reitera as medidas de isolamento horizontal, mas enfatiza que não é possível que se estenda por tempo indefinido.

São inúmeros os episódios que demonstram que a gravidade da COVID-19 foi subestimada por autoridades e profissionais de saúde. Isso dificultou a identificação precoce dos casos e vem dificultando a implementação das medidas de controle universalmente indicadas, colocando em risco as possibilidades de mitigação dos danos pessoais, sociais e sanitários (Turci, Holliday & Oliveira 2020).

De acordo com a Organização Panamericana de Saúde (2020) as estratégias a serem adotadas devem assegurar a garantia de triagem, reconhecimento precoce e controle da fonte (isolar pacientes com suspeita de infecção por nCoV); aplicar precauções padrão para todos os pacientes; implementar precauções empíricas adicionais (gotículas e contatos e, quando aplicável, cuidados de saúde) para casos suspeitos de infecção por nCoV; implementar controles administrativos como número adequado de pacientes por equipe e treinamento dos profissionais de saúde para manejo da covid-19 e uso de equipamentos de proteção individual e controles ambientais e de engenharia de saúde como, garantir a ventilação adequada em todas as áreas do estabelecimento de saúde, bem como a limpeza ambiental adequada.

O monitoramento das curvas epidêmicas é sem dúvida uma das principais ações realizadas pelos serviços de vigilância epidemiológica frente a situações de epidemia, como a experimentada na atualidade. Isso porque o acompanhamento gráfico dos casos permite

antever o cenário epidemiológico do evento e, com isso, programar políticas públicas e assistenciais próprias ao seu enfrentamento (Rafael et al., 2020).

O Brasil ainda não possui exames suficientes para a testagem em larga escala. As recomendações do Ministério da Saúde têm caminhado para a priorização de testes apenas para os casos graves e outros internados em terapia intensiva. Os demais casos estão recomendados a realizar auto isolamento domiciliar sem necessariamente notificar as autoridades sanitárias. Ocorre que a opção por ampliar a sensibilidade no diagnóstico tem, potencialmente, produzido ampliação dos casos suspeitos sem a necessária documentação de casos confirmados que estejam em cursos mais brandos, e que representam a maior parte dos casos de COVID-19. Deste modo, é provável que a curva epidêmica brasileira esteja subdimensionada, fragilizando as estratégias de contenção da epidemia (Rafael et al., 2020).

As medidas adotadas pelo Brasil estão em consonância com as recomendações principais da OMS, alguns entraves políticos e de ordem ministerial tem sido enfrentados pelos estados, porém os governadores de cada estado e prefeitos municipais podem tomar medidas que entendam como necessárias para conter e controlar novos casos durante a pandemia de COVID-19.

A epidemia nos ensina que não podemos deixar de considerar as medidas de prevenção ao nível individual e coletivo para lidar com surtos, epidemias e pandemias que possam surgir no futuro.

Os governos devem ter pessoal de saúde treinado e pronto para atuar frente a todos os riscos eminentes. Os setores de gerenciamento de crise devem estar atentos às demandas. E as gerências municipais, estaduais e federais devem prever e prover os serviços de saúde de insumos e leitos em número suficientes para abarcar aqueles que necessitem de atendimento em momentos de crise como a pandemia de COVID-19.

6. Limitações e Contribuições da Atenção Primária a Saúde e Saúde do Trabalhador

É pertinente destacar que a APS tem papel fundamental em todos os processos de saúde doença, visto que é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem se mostrado vital na identificação e encaminhamento dos casos, além das recomendações necessárias. Seja para a atenção secundária ou terciária em casos graves, ou para o isolamento domiciliar, quando identificado caso sem agravamento, mas ainda assim apresentam algumas limitações.

Quatro artigos abordam os desafios e ações de prevenção das unidades de Atenção Primária a Saúde (APS) afim de debater a função desse serviço no atual momento que estamos vivenciando (Nedel, 2020; Japiassu & Rached, 2020; Cabral et al., 2020; Turci, Holliday & Oliveira, 2020).

Ações de importância no controle da pandemia, ao nível primário como a identificação de casos por meio da clínica individual e familiar e ações comunitárias de educação em saúde e acompanhamento das famílias, podem contribuir para o controle do aumento de casos e recuperação dos testados positivo para COVID-19. (Nedel, 2020)

A Estratégia de Saúde da Família atua na preconização de medidas de prevenção a população com recomendações como: realizar lavagem frequente das mãos com água e sabão ou álcool em gel, especialmente após contato direto com pessoas doentes; utilizar lenço descartável para higiene nasal; cobrir nariz e boca quando espirrar ou tossir; evitar tocar mucosas de olhos, nariz e boca; higienizar as mãos após tossir ou espirrar; não compartilhar objetos de uso pessoal, como talheres, pratos, copos ou garrafas; manter os ambientes bem ventilados; evitar contato com pessoas que apresentam sinais ou sintomas da doença (Japiassu & Rached, 2020).

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) recomenda em consonância com a OMS, a montagem de tendas para atender casos suspeitos e diagnosticados de COVID-19, com equipes diferentes da Unidade Básica de Saúde (UBS), uma vez que a demanda por atendimentos que não sejam relacionadas ao COVID-19 continuam ativos. Embora o ideal seja que o atendimento venha ser realizado a distância, algumas pessoas ainda precisam comparecer presencialmente a unidade (Nedel, 2020).

A atenção primária a saúde tem destaca-se por oportunizar aos usuários o acolhimento em caso de apresentação de sinais e sintomas sugestivos de COVID-19, e torna-se uma porta de entrada acessível para a população. Guarda limitações próprias de sua faixa de atenção, por não atender usuários com sinais de gravidade, dando apenas o suporte necessário para a transferência ao nível de maior complexidade.

Uma parcela importante de trabalhadores não pôde realizar o distanciamento social, devido ao caráter essencial de suas atividades laborais, desta forma precisaram adaptar-se para o enfrentamento da COVID-19 mesmo durante suas jornadas de trabalho.

Em relação à saúde dos trabalhadores em saúde, torna-se relevante destacar que a desparamentação ou a retirada dos equipamentos de proteção é crítica. É realizada depois que a tarefa de cuidado está concluída. Treinamentos devem alertar para isso e destacar possível contribuição da invisibilidade da ameaça, agravada pela possibilidade de transmissão

por contato com superfícies inanimadas inclusive do próprio EPI que historicamente sempre aconteceu sem ser abordada como a ameaça atual (Almeida, 2020).

Além da preservação da saúde dos profissionais de saúde, também é importante preservar a saúde dos trabalhadores que mantêm seu trabalho por circunstâncias socioeconômicas. Medidas preventivas são necessárias para atividades com risco de exposição. Toda atividade de trabalho e todo trabalhador tem de ser considerado, e preparado, não apenas para a sua proteção, mas também para entender que sua atividade pode ter um papel importante no combate à epidemia. Sugere-se uma ação coordenada entre as equipes de Unidades Básicas de Saúde e Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) para atuarem na prevenção da exposição ao vírus (Filho et al., 2020).

Uma estratégia adotada no Brasil, assim como na China no enfrentamento à COVID-19, foi a utilização massiva de máscaras, inclusive por pessoas assintomáticas. Em contraste, a Organização Mundial de Saúde recomenda o uso de máscaras somente para trabalhadores da saúde e para indivíduos com infecção pelo coronavírus confirmada ou suspeita, e seus cuidadores, uma vez que não se tem evidência de sua efetividade para reduzir a transmissão (Garcia, 2020).

Sendo assim, atualmente foi preconizado o uso obrigatório de máscaras em diversas cidades do Brasil como forma de reter a disseminação e contaminação pelo vírus, sendo mais uma medida que deve ser preconizada pela equipe de ESF à população. Porém deve continuar ressaltando a importância da higienização para que a população não veja a máscara como forma suprema de proteção.

4. Considerações Finais

Pode-se concluir que todos os textos analisados estão concatenados para solução estratégica dos problemas advindos da pandemia e refletem a necessidade de voltar-se o olhar para toda a sociedade, todos os envolvidos nos processos de cuidado a saúde, assim como profissionais expostos ao maior risco de contaminação. Para tal surgiram publicações com intuito de aparato legal para atender as demandas provocadas pela pandemia no Brasil e no mundo.

Vale ressaltar que a Atenção Primária a saúde também tem um papel importante no combate dessa pandemia, uma vez que tem contato direto com a população e podem realizar educação em saúde como forma de conscientizar e gerar conhecimentos para a população.

Por fim, percebe-se que embora grande parte da população esteja aderindo as formas de prevenção, o cenário social ainda apresenta muitos desafios para o retorno das atividades de forma segura para todos.

Houve preocupação do governo brasileiro em apresentar em parte instrumentos legais para concretização das ações de controle da pandemia em território brasileiro. Reconhece-se a real necessidade de continuar realizando estudos de prevenção e controle da pandemia para manter as estratégias de combate sempre atualizadas, uma vez que novas evidências irão surgir ao longo do tempo até a descoberta da cura.

Referências

Almeida, I. M. (2020). Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de COVID-19 e respostas à pandemia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45, e17. Epub June 10, 2020. <https://dx.doi.org/10.1590/scielopreprints.140>

Aquino, E. M. L., e al. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl. 1), 2423-46. Epub June 05, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>

Baptista, A. B., & Fernandes, L. V. (2020). Covid-19, análise das estratégias de prevenção, cuidados e complicações sintomáticas. *Revista Desafios – 7(Supl.) COVID-19*. <http://dx.doi.org/10.20873/uftsuple2020-8779>

Barreto, M. L., et al. (2020). O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200032. Epub April 22, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200032>

Bittencourt, R. J. (2020) Testagem de rastreio e busca ativa de infectados assintomáticos pelo SARS-COV-2: a visão do planejamento em saúde pública. *Comunicação em ciências da saúde*. 2020. <http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/649>

Cabral, E. R. M., et al. (2020). Contribuições e desafios da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de COVID-19. *Interamerican Journal of medicine and health*. 2020.. Disponível em: <https://iajmh.com/iajmh/article/view/87>

Corrêa Filho, H. R., & Segall-Corrêa, A. M. (2020). Lockdown ou vigilância participativa em saúde? Lições da Covid-19. *Saúde em Debate*, 44(124), 5-10. Epub May 08, 2020.<https://doi.org/10.1590/0103-1104202012400>

Ferreira Neto, R. G., & Corrêa, J. W. (2020). Epidemiologia do surto de doença por coronavírus (covid-19). *Revista desafios*, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uftsuple2020-8710>.

Filho, J. M. J., et al. (2020). A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45, e14. Epub April 17, 2020.<https://doi.org/10.1590/2317-6369ed0000120>

Garcia, L. P., & Duarte, E. (2020). Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(2), e2020222. Epub April 09, 2020.<https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200009>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). Medidas Legais de Incentivo ao Distanciamento Social: Comparação das Políticas e Governos Estaduais e Prefeituras das Capitais No Brasil. Nota Técnica 16. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35462&Itemid=4

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020). Instrumentos de Políticas Públicas para o Enfrentamento do Vírus da Covid-19: Uma Análise dos Normativos Produzidos pelo Executivo Federal. Nota Técnica 31. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35429&Itemid=6

Japiassu, R. B., & Rached, C. D. A. (2020) Como a Estratégia de Saúde da Família pode ser considerada ferramenta de apoio no combate ao COVID-19? *International Journal of*

Development Research, 10, Article ID: 18806, 6 p.
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/229/282>

Koga, N. M., et al. (2020) Instrumento de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da COVID-19: uma análise dos normativos produzidos pelo Executivo Federal. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9838/1/NT_31_Diest_Instrumentos%20de%20Pol%c3%adticas%20P%c3%ablicas%20para%20o%20Enfrentamento%20do%20V%c3%adrus%20da%20Covid_19.pdf

Ministério da Saúde (2020). Secretaria de vigilância em saúde pública. Boletim - Epidemiológico COE COVID-19. Doença pelo novo Coronavírus 2019 – COVID-19. <http://plataforma.saude.go.br/>

Ministério da Saúde (2020). Secretaria de vigilância em saúde pública. Boletim Epidemiológico COE COVID-19. Doença pelo novo Coronavírus 2019 – COVID-19. <http://plataforma.saude.go.br/>

Ministério da Saúde (2020). Portaria n. 188, de 03 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

Ministério da Saúde (2020). Portaria Conjunta n. 1, de 30 de março de 2020. Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades de saúde, apenas nas hipóteses de ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências. https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/PortariaConjunta-1_2020-CNJ_MS.pdf

Ministério da Saúde (2020). Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica N°12/2020-CGMAD/ DAPES/ SAPS/ MS. Recomendações à rede de atenção psicossocial sobre estratégias de organização no contexto da infecção da Covid-19 causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). <https://pesquisa.bvsalud.org/controlcancer/resource/pt/biblio-1087576>.

Ministério da Saúde (2020). Decreto n. 10.212, de 30 de janeiro de 2020. Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10212.htm

Moreno-Montoya, J. (2020) El desafío de comunicar y controlar la epidemia por coronavirus. *Biomédica*, 40 (1). 2020 . http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-41572020000100011&lng=en.

Nedel, F. B. (2020). Enfrentando a COVID-19: APS forte agora mais que nunca! *APS em revista*, 2 (1). 2020 <https://apsemrevista.org/aps/article/view/68/42>

Oliveira, T. C., Abranches, M. V., & Lana, R. M. (2020). (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), e00055220. Epub April 06, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00055220>

Oliveira, W. K., et al. (2020). Como o Brasil pode deter a COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(2), e2020044. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200023>

Organização Pan-Americana da Saúde (2020). Organização Mundial da Saúde (OMS). Prevenção e controle de infecção durante os cuidados de saúde quando houver suspeita de infecção pelo novo coronavírus (nCoV). <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51910>

Patiño, D., et al. (2020) Intervenciones no farmacológicas para la contención, mitigación y supresión de la infección por COVID-19. *Unidad de Evidencia y Deliberación para la Toma de Decisiones* (UNED). <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/biblio-1087642>

Pereira, M. D., et al. (2020) The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-35, e652974548. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548>

Rafael, R., et al. (2020). Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? [Epidemiology, public policies and Covid-19 pandemics in Brazil: what

can we expect?] [Epidemiologia, políticas públicas y la pandemia de Covid-19 en Brasil: que podemos esperar?]. *Revista Enfermagem UERJ*, 28, e49570. doi:<https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.49570>

Secretaria de Estado de Saúde (2020). Plano de Contingência para infecção humana pelo coronavírus Covid-19. Secretária adjunta de Atenção a Vigilância em Saúde [internet]. <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/PLANO-DE-CONTINGENCIA-novo-coronavirus-MATO-GROSSO-EM-REVIS--O.pdf>

Secretaria de Estado de Saúde (2020). Plano de Contingência do Distrito Federal para Infecção Humana pelo novo Coronavírus | COVID-19. Governo do Distrito Federal [internet]. [<http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/02/Plano-de-Continge%CC%82ncia-Coronavirus-versa%CC%83o-5-1.pdf>

Silva, A. A. M. (2020). Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200021>.

Siqueira, C. E. (2020) COVID sobe pelo elevador, resposta vai pela escada: a escalada do COVID-19 nos Estados Unidos da América. <https://www.researchgate.net/publication/340449353>

Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010) Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8 (1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

Schuchmann A. Z., et al. (2020) Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, 2020. <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>

Turci, M., Holliday, J., & de Oliveira, N. (2020). A Vigilância Epidemiológica diante do Sars-Cov-2: desafios para o SUS e a Atenção Primária à Saúde. *APS EM REVISTA*, 2(1), 44-55. <https://doi.org/10.14295/aps.v2i1.70>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Flávia de Souza Selvati – 25 %

Lohany Gomes Ferreira Teixeira – 25 %

Lucrecia Helena Loureiro – 25 %

Renata Martins da Silva Pereira – 25 %